

Brasília, 27 de março de 2026.

PRESENTES NO CNG:

PELA DIREÇÃO DA FASUBRA: 07 coordenadoras/es

PELA BASE: SINTEST/RN (4 delegadas/os), ASAV (2 delegadas/os), ASSUFOP (2 delegadas/os), ASSUFRGS (5 delegadas/os), ASSUFMS (4 delegadas/os), SINTUFAL (2 delegadas/os), ASUFPEL (2 delegadas/os), SINTUFEJUF (3 delegados), SINTUFEPE-FEDERAL (6 delegadas/os), SINTUFES (2 delegadas/os), SINTUFF (5 delegadas/os), SINTESAM (2 delegadas/os), ASSUFBA (4 delegadas/os), SINDITEST-PR (4 delegadas/os), SINDIFES-MG (3 delegadas/os), SINTUFRJ (6 delegadas/os), SINTUFPI (3 delegadas/os), SINTESPB (2 delegadas/os), SISTA/MS (2 delegados), SINTETUFU (2 delegadas/os), SINTESUF-INTERPB (01 delegado), SINTUFABC (01 delegado), SINDS-UFSJ (01 delegada).

68 DELEGADAS E DELEGADOS E 23 ENTIDADES.

ADESÃO À GREVE

MAPA DE ADESÃO À GREVE - 2026				
Região	Entidade/Instituição	UF	Deflagrou Greve	Data de início
Norte	SINDTIFESPA			
	UFPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UFRA	PA	NÃO	-
	UFOPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UNIFESPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	SINTESAM	AM	SIM	04 de março
	SINTEST/AC	AC	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIR	RO		
	SINTAD-TO			
	UFT	TO	-	-
	UFNT	TO	-	-
	SINSTAUFAP	AP	-	-
Nordeste	SINTESPB	PB	SIM	05 de março
	SINTESUF - INTERPB	PB	SIM	-
	SINTUFCE			
	UFC	CE	NÃO	-
	UNILAB	CE	NÃO	-
	UFCA	CE	NÃO	-

	SINTUFEPE-RURAL			
	UFRPE	PE	SIM	02 de março
	UFAPE	PE	SIM	02 de março
	SINTUFEPE-FED	PE	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFBA-SIND			
	UFBA	BA	SIM	05 de março
	UFRB	BA	SIM	03 de março
	UFOB	BA	-	-
	UNILAB	BA	-	-
	UFSB	BA	SIM	05 de março
	SINTUFAL	AL	SIM	27 de fevereiro
	SINTEST RN			
	UFRN	RN	SIM	23 de fevereiro
	UFERSA	RN	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFS	SE	NÃO	-
	SINTEMA	MA	SIM	-
	SINTUFPI			
	UFPI	PI	SIM	23 de fevereiro
	UFDPAr	PI	SIM	23 de fevereiro
Centro Oeste	SINTUFMT			
	UFMT	MT	NÃO	-
	UFR	MT	NÃO	-
	SISTA-MS	MS	SIM	-
	SINT-IFESGO			
	IFG	GO	NÃO	-
	IFGO	GO	NÃO	-
	UFG	GO	NÃO	-
	UFJ	GO	NÃO	-
	UFCAT	GO	NÃO	-
	SINTFUB	DF	NÃO	-
	SINTEF UFGD	MS	SIM	23 de fevereiro
Sud este	SINTUFF	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFRJ	RJ	SIM	09 de março

Sul	ASUNIRIO	RJ	-	-
	SINTUR-RJ	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFESP	SP	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFSCAR	SP	NÃO	-
	SINTUFES	ES	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFEI	MG	-	-
	SINDIFES-MG			
	UFMG	MG	SIM	10 de março
	UFVJM	MG	SIM	10 de março
	CEFET-MG	MG	SIM	10 de março
	IFMG	MG	SIM	10 de março
	SINDUFLA	MG	SIM	23 de fevereiro
	ASAV-SINDIC	MG	SIM	23 de fevereiro
	SIND-ASSUFOP	MG	SIM	02 de março
	SINTET/UFU	MG	SIM	09 março
	SINTUFEJUF			
	UJF	MG	SIM	23 de fevereiro
	IF - SUDESTE	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINDTTAE/UFTM	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINT/UNIFAL	MG	-	-
	SINDS-UFSJ	MG	SIM	24 de fevereiro
	SINTUF ABC	SP	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFSC	SC	-	-
	SINDITEST-PR			
	UFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UTFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UNILA	PR	SIM	27 de fevereiro
	ASUFPEL	RS	SIM	23 de fevereiro
	APTAFURG			
	FURG	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS-Rio Grande	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFRGS			
	UFRGS	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS	RS	SIM	23 de fevereiro

	UFCSPA	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFMS	RS	SIM	23 de fevereiro
	SINDIEDUTEC	PR	SIM	26 de fevereiro
	SINDTAE-FS	SC	-	-
	SINDIPAMPA	RS	-	-

TOTAL – 50 INSTITUIÇÕES, REPRESENTADAS POR 34 ENTIDADES.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

O capitalismo, em sua mais profunda crise de acumulação, já não consegue solucionar seus impasses pelas vias institucionais e diplomáticas, como a Organização das Nações Unidas. Em sua fase mais concentrada e financeirizada, aprofunda tensões estruturais globais, evidenciando conflitos entre grandes potências, a subordinação de países periféricos e o antagonismo entre capital e trabalho. Esse cenário se expressa na intensificação da exploração, ampliação das desigualdades, recrudescimento das violências — especialmente contra mulheres, população negra e juventude pobre — e em ameaças aos direitos sociais e ambientais. Paralelamente, crescem disputas geopolíticas e intervenções internacionais, frequentemente justificadas por discursos de segurança ou democracia, mas orientadas pela disputa por mercados e recursos estratégicos.

O IMPERIALISMO E A ESCALADA DE CONFLITOS

O imperialismo expressa uma ordem mundial marcada por conflitos e instabilidade. A guerra se impõe como mecanismo de reprodução do capital em crise. Observa-se a multiplicação de conflitos e o aumento da militarização global, com elevação dos gastos militares em detrimento de investimentos sociais. Na Europa, o apoio à guerra na Ucrânia tem sido acompanhado por cortes em direitos sociais. Em diversos países, recursos públicos são direcionados para armamentos em prejuízo de áreas como saúde, educação e previdência.

Na Palestina, a crise humanitária se aprofunda, com milhares de mortes decorrentes da ofensiva militar israelense. No Oriente Médio, intervenções e tensões geopolíticas indicam tentativas de reorganização regional sob influência de potências imperialistas, com impactos diretos sobre a soberania dos povos.

AMÉRICA LATINA

Na América Latina, iniciativas de cooperação político-militar lideradas pelos EUA reforçam a influência sobre governos da região, sob justificativas como combate ao narcotráfico e à imigração. Tais iniciativas aprofundam a dependência e a subordinação regional. Diante disso, governos com maior peso político (Lula, Cláudia e Petro) poderiam fortalecer articulações regionais e alianças com movimentos sociais e organizações populares, como forma de enfrentar essa ofensiva trumpista. Eles poderiam fornecer petróleo a Cuba neste momento crítico, por exemplo.

Ao mesmo tempo, cresce a resistência popular em diversas partes do mundo. Mobilizações, greves e levantes sociais têm se intensificado como resposta às políticas de austeridade e retirada de direitos, demonstrando a capacidade de reorganização das forças sociais.

A SITUAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o cenário internacional se combina com uma crise interna que expõe as contradições do arranjo político-institucional. Escândalos envolvendo o sistema financeiro e setores do Estado evidenciam a relação entre interesses públicos e privados, enquanto trabalhadores ativos e aposentados arcam com prejuízos sem

respostas efetivas. As instituições frequentemente operam em favor de grupos privilegiados, com baixa participação popular nas decisões.

O Legislativo atua sob forte influência de interesses particulares, fragilizando o orçamento público. O Judiciário amplia sua atuação em temas sensíveis, por vezes contrariando direitos dos trabalhadores. O governo Lula, baseado em amplas coalizões, realiza concessões a setores dominantes, limitando investimentos em áreas sociais. Caracteriza-se como um governo de conciliação de classes, pressionado pelas demandas populares e pelas exigências do capital e do imperialismo. Sua base social busca nele um instrumento de resistência à direita e à extrema-direita. Nesse contexto, a disputa política tende a se intensificar, especialmente diante da pressão internacional sobre a América Latina.

Os impactos recaem sobre a população trabalhadora, com altos níveis de precarização e restrição de direitos. Ao mesmo tempo, políticas fiscais priorizam o grande capital, que suga cerca de metade do orçamento nacional com os juros e amortizações da dívida pública. Ainda assim, a sociedade responde por meio da organização coletiva, com greves e mobilizações que buscam barrar retrocessos.

A CRISE INSTITUCIONAL ENTRE OS PODERES DA REPÚBLICA

Persistem problemas estruturais não resolvidos, como a concentração de poder político, distorções no sistema representativo e a influência do poder econômico. O orçamento público é fortemente impactado por emendas parlamentares, reforçando práticas clientelistas.

O papel do Judiciário também é alvo de críticas, especialmente por decisões que impactam direitos trabalhistas e sociais. Escândalos financeiros recentes revelam a relação entre sistema financeiro, agentes políticos e prejuízos a fundos públicos.

Nesse contexto, coloca-se a necessidade de reformas estruturais nas instituições, incluindo mudanças no sistema político, revisão de contrarreformas e fortalecimento do papel do Estado na garantia de direitos.

É preciso defender as reivindicações: valorização do serviço e servidores públicos, revogações das contrarreformas de Temer/Bolsonaro, fim da escala 6x1, ampliação de programas sociais, etc. Contudo, é imprescindível que o governo olhe para baixo, para sua base social e não para aqueles que atacam os direitos.

A LUTA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Em 2024, os servidores técnico-administrativos em educação das instituições federais de ensino realizaram uma greve com foco na reestruturação da carreira, recomposição salarial e outras pautas históricas. O movimento resultou em acordo que previu reajustes salariais e avanços na carreira, além da criação de grupos de trabalho para tratar de temas como jornada semanal de 30 horas, RSC e outras demandas.

No entanto, o não cumprimento integral do acordo gerou insatisfação e levou à retomada das mobilizações em 2026. Alterações unilaterais realizadas pelo MGI desfiguraram pontos negociados, impondo limites a direitos como o RSC e excluindo segmentos da categoria.

O PL 6170/2025 que foi apensado ao PL 5874/2025 e aprovado pelo Senado em março de 2026 mostrou como a estrutura da federação operou para validar um retrocesso. O que foi apresentado como a "salvação" da categoria é, na verdade, um RSC restritivo e desfigurado em relação ao que foi construído coletivamente pela CNSC.

O texto impõe um limite de concessão para apenas 75% dos TAE, transformando um direito em uma disputa interna por "vagas". Exclui sumariamente quem está em estágio probatório, além de aposentados e pensionistas. Ainda que a pressão da categoria tenha conseguido mitigar parte dessas perdas, permanece o desafio de garantir que tais conquistas sejam efetivadas de forma ampla e justa, incluindo aposentadas/os e demais segmentos historicamente excluídos de políticas de valorização profissional. Ao vender o RSC como vitória, tenta-se abafar o fato de que ele virou um bônus de desempenho restrito, e não um reconhecimento de carreira para todos, mas sim uma ferramenta de divisão da categoria.

O PL 6170 pode ser considerado o Cavalo de Troia da Reforma Administrativa, pois carrega o DNA da Reforma Administrativa (nos moldes da PEC 32/2020 ou da nova PEC 38/2025), focando em centralização e controle.

A substituição de gratificações fixas pela Gratificação de Desempenho e Alinhamento Estratégico (GDAE) vincula a remuneração a avaliações que podem ser subjetivas ou usadas politicamente para punir dissidências. O texto tentou equiparar a gestão pública à privada, focando em "lucratividade" e redução de custos, o que precariza o serviço público e a carreira.

A condução do processo legislativo também é questionada, especialmente pela falta de debate e pela aprovação acelerada de medidas que alteraram acordos firmados.

Diante desse cenário, a retomada da greve se coloca como instrumento de pressão para garantir o cumprimento do acordo e a defesa dos direitos da categoria. A mobilização busca não apenas reivindicações específicas, mas também a valorização do serviço público e da educação pública.

A luta é política e exige organização coletiva. O fortalecimento das entidades de base, a articulação com setores progressistas e a ampliação da mobilização social são elementos centrais para avançar nas conquistas.

SÓ COM A LUTA É QUE SE CONQUISTA!

A continuidade da greve se apresenta como única alternativa para conquistarmos o acordado anteriormente e um instrumento legítimo de reivindicação e defesa de direitos e da educação pública brasileira. Mais do que uma pauta corporativa, trata-se de uma luta inserida em um cenário mais amplo de disputa sobre o papel do Estado, a valorização do serviço público e o modelo de sociedade que se pretende construir.

Diante disso, reafirma-se que avanços concretos só serão alcançados por meio da mobilização contínua e da construção coletiva. A defesa do cumprimento integral dos acordos firmados, da ampliação de direitos e da consolidação de uma educação pública de qualidade passa, necessariamente, pela organização e pela participação ativa dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o país.

REUNIÃO DA MESA NACIONAL NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

A quinta-feira (26) foi marcada por articulação política no âmbito do Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA-Sindical. As atividades do dia reuniram debates internos, vigília na importante reunião com representantes do governo federal na MNPN.

Pela manhã, os integrantes do CNG se dedicaram à discussão de dois temas: a racionalização e nivelamento e formação dos membros do CNG.

No período da tarde, foi realizada uma vigília em frente ao Bloco F, onde os trabalhadores e trabalhadoras ecoaram palavras de ordem e reforçaram a cobrança pelo cumprimento integral do acordo firmado com o governo ao final da greve de 2024.

A atividade aconteceu paralelamente a uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, com a participação de diversos representantes de trabalhadores do Serviço Público Federal e de centrais sindicais. Pela FASUBRA-Sindical esteve presente a coordenadora-geral, Cristina del Papa.

De acordo com a avaliação da entidade, houve uma mudança de postura por parte do governo do MGI. Após um período de estagnação nas negociações — com pautas apresentadas desde 2023 sem avanços —, o governo apresentou um panorama das reivindicações das Categorias, o que foi considerado um passo importante no processo de diálogo e negociação.

Entre os principais pontos discutidos está a implementação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público. Embora já prevista em portaria, a comissão não era obrigatória, e agora será implementada, ampliando o debate sobre saúde do trabalhador, condições de trabalho, ambiência e saúde mental.

Também foi destacada a necessidade de atualização das normas relacionadas aos adicionais ocupacional (periculosidade e insalubridade), cuja legislação vigente remonta a 1978, sendo considerada defasada diante das atuais condições de trabalho, principalmente no serviço público.

Outro avanço apresentado foi o reajuste no auxílio-alimentação, que passará para R\$ 1.192,00. Além disso, também foi apresentado os reajustes nos auxílio-creche e no ressarcimento saúde — este último com

proposta de substituição do modelo de ressarcimento por um auxílio -nutrição para beneficiar também os servidores aposentados. O MGI argumentou que esse ano não seria possível, mas vão fazer o estudo de viabilidade.

Durante a reunião, os representantes da categoria também reivindicaram alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como forma de garantir a viabilidade da equiparação dos benefícios. Outro ponto de extrema importância que foi colocado pelas entidades sindicais foi a necessidade de o governo ter na proposta de orçamento montante para ser destinado a reajuste linear para os servidores em 2027, já que em ano eleitoral o governo não pode negociar reajuste salarial com nenhuma Categoria. Temos o precedente que aconteceu em 2023 para 2024.

A agenda do dia reforça o papel da mobilização e da pressão organizada como instrumentos fundamentais para avançar nas negociações com o governo e assegurar direitos às Categorias.

A CONQUISTA DO ACOLHIMENTO

Mães na Luta: Por que nossa presença no Sindicato é urgente?

Historicamente, os espaços sindicais ignoraram que a classe trabalhadora também cuida. Para as mulheres, a participação política sempre esbarrou na barreira do cuidado doméstico. No entanto, é impossível discutir direitos sem quem vive a dupla jornada.

Trazer as mães cuidadoras para o centro da decisão é garantir que pautas como auxílio-creche, flexibilidade e dignidade social não sejam tratadas como "temas menores", mas como direitos fundamentais.

A Conquista do Acolhimento

A participação das mães agora é uma diretriz oficial. Conforme as Orientações para Instalação do Comando Nacional de Greve (CNG), página 4: "6. As entidades de base que tiverem em sua delegação mães ou pais com crianças na faixa etária de até 12 anos deverão comunicar à Secretaria do CNG, com antecedência de uma semana, para organização do acolhimento. Ressaltamos que essas despesas são de responsabilidade das entidades de base."

O que isso significa na prática?

Acolhimento garantido: O sindicato deve estruturar um espaço para seus filhos.

Responsabilidade coletiva: O custo não é da mãe, é da entidade de base.

Fim da exclusão: Ter filhos não pode mais ser um impeditivo para exercer sua liderança.

Chamado à Ação: Ocupe o seu lugar!

Companheira, o sindicato só será verdadeiramente representativo quando tiver a sua voz. Não deixe que decidam o seu futuro sem considerar a sua realidade de cuidadora.

Exija a estrutura de acolhimento prevista nas diretrizes.

Leve sua vivência para as assembleias e Comandos de Greve.

Transforme o cuidado em pauta política.

Nossa força coletiva depende da presença de todas. Lugar de mãe é na luta, decidindo os Rumos da nossa categoria!

DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES DA GREVE

O Comando Nacional orienta que as entidades produzam e divulguem suas atividades de greve por meio das diversas mídias e ferramentas audiovisuais, como: vídeos, podcasts, documentários, utilização das redes sociais, entrevistas à mídia, etc. O Comando também sugere que as Entidades/ Comandos Locais compartilhem informações sobre as atividades realizadas para o e-mail: cng.comunicacao@fasubra.org.br

MOÇÕES

APOIO

SOLIDARIEDADE DO ANDES-SN À GREVE DA FASUBRA

As(Os) delegadas(os) presentes no 44º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Salvador (BA), no período de 2 a 6 de março de 2026, manifestam solidariedade à greve da FASUBRA, pois desde o dia 23 de fevereiro a FASUBRA, federação que organiza a luta nacional das(os) TAEs (servidores(as) técnico-administrativas(os) em educação) iniciou uma greve que, entre outras pautas, apresenta a necessidade do cumprimento por parte do governo, dos diversos pontos que não foram cumpridos do acordo de greve de 2024 e da regulamentação da jornada de 30 horas.

A FASUBRA tem sido uma grande parceira do ANDES-SN nas lutas em defesa da universidade pública, gratuita e com qualidade social referenciada e nas lutas mais gerais, como tem sido, por exemplo, o combate à PEC 38 (Reforma Administrativa).

As(Os) TAEs têm um papel fundamental para que sejam realizados os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, bem como todo o trabalho da gestão nessas instituições.

A valorização profissional e da carreira das(os) TAEs é condição importante para o bom andamento das atividades das universidades e, por isso, o movimento paredista tem uma importância fundamental para que essa valorização apareça como política de Estado e de governo.

O ANDES-SN expressa toda a sua solidariedade e apoio à luta das(os) companheiras(as) da FASUBRA, desejando que a greve seja exitosa, e que sejam atendidas todas as reivindicações da categoria.

Salvador, 6 de março de 2026.

AOS EDUCADORES E EDUCADORAS DO ESTADO DO PARANÁ

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical), em greve nacional em defesa da educação pública e pelo cumprimento dos acordos firmados com a categoria, vem a público manifestar seu mais firme apoio aos educadores e educadoras da rede estadual do Paraná.

Reconhecemos, com profunda preocupação, o cenário de crescente precarização da educação pública no estado, marcado por políticas que têm intensificado a sobrecarga de trabalho, ampliado a burocratização das atividades pedagógicas e desvalorizado os profissionais da educação. Tais medidas impactam diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores e trabalhadoras, resultando, inclusive, em casos extremos e inaceitáveis de adoecimento e morte no ambiente de trabalho.

Repudiamos também a implementação e expansão do modelo cívico-militar nas escolas estaduais, que tem se mostrado incompatível com uma educação democrática, plural e emancipadora. As denúncias recorrentes de abusos e violências nesse modelo, especialmente aquelas envolvendo estudantes, são gravíssimas e não podem ser relativizadas. É inadmissível que, mesmo diante de acusações sérias, medidas efetivas de proteção à comunidade escolar não sejam prontamente adotadas.

A educação pública deve ser um espaço seguro, acolhedor e comprometido com a formação crítica, cidadã e inclusiva — e não um ambiente de controle, medo e silenciamento.

Neste sentido, a FASUBRA Sindical reafirma sua solidariedade ativa à luta dos educadores e educadoras do Paraná, que resistem em defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A luta de vocês é também a nossa luta.

Seguiremos juntos, fortalecendo a unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras da educação em todo o país, na construção de um projeto educacional que valorize seus profissionais e respeite os direitos de estudantes e comunidades.

REPÚDIO

À ATITUDE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

O Comando Nacional de Greve da FASUBRA, ao tomar conhecimento do ocorrido em Uberaba – MG, na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, durante a visita do Ministro da Educação, manifesta seu profundo repúdio à atitude presenciada.

Na ocasião, uma Técnica-Administrativa em Educação aguardava a chegada do Ministro para entregar um documento referente ao não cumprimento do Termo de Acordo de Greve nº 11/2024, que prevê 17 pontos a serem implementados. Ao receber o documento das mãos da servidora, o Ministro afirmou que, caso a greve não fosse encerrada, o decreto que regulamenta o RSC poderia não ser publicado. Tal declaração configura, no mínimo, uma tentativa de pressão indevida, podendo ser interpretada como chantagem, ameaça ou até mesmo assédio hierárquico ato antissindical.

Além disso, a postura adotada foi desrespeitosa, especialmente por se tratar de uma mulher e representante sindical que buscava exercer legitimamente seu direito ao diálogo institucional. Ao sair andando e dar as costas, a servidora precisou correr atrás para garantir que o Ministro aceitasse ao menos uma cópia do documento.

É inadmissível que, em pleno século XXI, mulheres ainda sejam alvo de atitudes machistas, ofensivas ou desrespeitosas por parte de autoridades públicas. Tais comportamentos ferem princípios fundamentais de respeito, dignidade e igualdade entre as pessoas.

Reafirmamos que o respeito às mulheres é um valor essencial em uma sociedade justa e democrática. Não podemos tolerar comportamentos que inferiorizem, silenciem ou ameacem mulheres em qualquer ambiente, seja ele familiar, social, educacional ou profissional.

Dessa forma, esta moção de repúdio expressa nossa indignação diante de tais atitudes e reforça a necessidade de promover uma cultura de respeito, igualdade de gênero e proteção aos direitos das mulheres.

Por fim, reiteramos nosso compromisso com a defesa da dignidade, da segurança e do respeito às mulheres, repudiando firmemente qualquer forma de violência, tratamento desrespeitoso ou discriminação.

INFORMES DE BASE

Os informes de base serão publicados no próximo Informativo (IG).

AGENDA DO CNG DE 30 A 03 DE ABRIL DE 2026

Em função da semana em que acontecem o feriado da Paixão de Cristo e a comemoração da Páscoa, o CNG comunica a suspensão de atividades no período de 01 a 04, retornando no dia 06 de abril de 2026.

CALENDÁRIO	
MARÇO	
26 a 29	I Conferência Antifacista
ABRIL	
1ª quinzena	Indicativo de Caravana Nacional com a 3ª Marcha Nacional das Centrais em 15/04
15	Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília